

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMPREMÉDIA - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

31 de dezembro de 2022



PART OF
THE NAVIGATOR
COMPANY



ÍNDICE

1.	ENVOLVENTE ECONÓMICA.....	2
2.	MERCADO SEGURADOR.....	3
3.	RESUMO DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NO EXERCÍCIO.....	5
4.	GESTÃO DE RISCO.....	7
5.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	8
6.	PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO.....	8
7.	AUTORIZAÇÕES DE NEGÓCIO.....	9
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	9
9.	AGRADECIMENTOS.....	9



RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2022

A Empremédia – Corretores de Seguros, S.A. dedica-se a prestar um serviço de excelência ao nível da corretagem e consultoria de seguros, gerador de valor para o cliente através do desenho de soluções inovadoras que garantam uma adequada transferência e gestão dos seus riscos. A empresa é detida a 100% pela The Navigator Company, a qual integra por sua vez a Semapa – Participações Sociais, SGPS.

De acordo com as disposições legais em vigor, vem o Conselho de Administração submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

1. ENVOLVENTE ECONÓMICA

Com base nos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística relativos à economia portuguesa, em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 6,7% em volume (o mais elevado desde 1987 após o aumento de 5,5% de 2021 que precedeu a diminuição histórica de 8,3% em 2020 perante a pandemia COVID-19 e as adversidades causadas na actividade económica mundial) e 11,5% em valor (7,1% em 2021) o que se traduz em cerca de 239 mil milhões de euros.

O consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias) apresentou, em termos reais de volume, um crescimento de 5,7% (4,7% em 2021). Com especial impacto, as Despesas em bens não alimentares e serviços passaram de um crescimento de 4,9% (2021) para um aumento de 5,2% (2022), e no mesmo sentido, a componente bens alimentares cresceu de 3,6% (2021) para 11,6% (2022), com a recuperação da componente automóvel que apresentou taxas negativas nos últimos três anos.

Em 2022, as Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas (consumo público) abrandaram, registando uma taxa de variação de 2,4% face aos 4,6% de 2021. Ainda assim, representam um crescimento de 7,3% (6,1% de 2021). O Investimento aumentou 2,7% em termos reais no período em análise (diminuiu consideravelmente perante os 10,1% de 2021), em reflexo da evolução de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que passou de uma variação de 8,7% (2021) para 2,7% (2022). Por sua vez, o comportamento da Variação de Existências foi nulo no contributo para a variação anual do PIB (0,2 p.p. em 2021).

As Exportações de Bens e Serviços aumentaram de 13,4% em 2021 para 16,7% em 2022. A componente de bens em volume registou um aumento de 8,7% enquanto em período homólogo apresentou 11,2%. Por sua vez, a componente de serviços registou uma expressiva aceleração de 19,6% em 2021 para 37,7% em 2022. Este resultado é impactado pelo aumento expressivo no turismo (variação de 80,9%) após taxas de -56,9% (2020) e +27,0% (2021).

As Importações de Bens e Serviços desaceleraram de 13,2% (2021) para 11,0%. Ambas as componentes comportam-se de modo positivo: Importações de bens regista um crescimento de 9,8% (12,9% em 2021) e a componente serviços cresceu 17,2% (15,1% em 2021).

Perante o cenário internacional de elevada inflação, salienta-se a perda dos termos de troca, com o deflator das Importações de Bens e Serviços a assinalar uma variação de 18,6% (7,4% no ano anterior), enquanto o deflator das Exportações de Bens e Serviços aumentou 14,8% (6,1% em 2021) muito influenciado pela subida do preço dos bens energéticos no deflator das Importações. Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços mantém valores negativos, no entanto, passou de -2,9% do PIB (2021) para -2,5% do PIB (2022).

O VAB a preços base mantém a tendência do período homólogo e aumentou 6,1% em volume em 2022 (4,9% em 2021). O VAB dos ramos Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias registou taxa de variação anual de 1,4% (2,0% em 2021).

Para o conjunto dos ramos de actividade em 2022, o emprego registou um crescimento de 2,0% (1,9% no ano anterior).

2. MERCADO SEGURADOR

De acordo com o Relatório de Evolução da Actividade Seguradora, divulgado em Fevereiro de 2023, pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no ano de 2022 o volume da produção de seguro direto, das empresas sob sua supervisão, em Portugal, situa-se acima dos 12 mil milhões de euros, o que representou em termos globais uma diminuição de 9,7% face a 2021.

Esta retração foi marcada pelo decréscimo significativo de 22,1% no ramo Vida com a diminuição relevante em seguros de vida ligados (33,5%), em particular nos PPR (42,1%). Em 2022, a produção de PPR's registou um decréscimo de 25,1% face ao período homólogo. De salientar que o ramo Não Vida apresentou um crescimento de 7,4%, com especial contribuição do ramo Doença (+11,9%) sendo o seu peso na produção de 19,2%. De igual modo, verificou-se acréscimo nos ramos Incêndio e Outros Danos (+7,3%), Acidentes de Trabalho (+6,4%), e Automóvel (+3,8%).

Produção de seguro directo em Portugal	2021	2022	Δ 2021/2022
Vida	7.728.304	6.019.765	-22,1%
Não Vida	5.621.807	6.037.679	7,4%
Total	13.350.111	12.057.444	-9,7%

Fonte: ASF, Actividade Seguradora – Prémios de Seguro Directo, fevereiro 2023

Os custos com sinistros de seguro directos diminuíram 14,8% face a 2021. O decréscimo deve-se à variação no mesmo sentido do ramo Vida (22,9%) enquanto os custos com sinistros ramo Não Vida aumentaram 4,9%. A variação no ramo Vida deriva do volume elevado de vencimentos de contratos de seguros financeiros nos últimos dois anos. Os resgates de PPR's registam um aumento de 2,1% face a 2021, tendo representado 44,2% dos custos com sinistros em 2022 (consideravelmente superior aos 33,4% de 2021). No ramo Não Vida, o aumento dos custos com sinistros teve especial impacto dos ramos Automóvel, Doença e Incêndio e outros Danos, ao invés do ramo Acidentes de Trabalho que decresceu 13,6%. A estrutura dos custos com sinistros no ramo Não Vida tem sido idêntica ao longo dos últimos anos. O ramo Doença viu o seu peso aumentar 1,4 pontos percentuais e Automóvel 1,1%. Por sua vez, os custos com sinistros no Acidentes de Trabalho encerram com uma diminuição de 3,7 pontos percentuais. Em 2022, os rácios de sinistralidade são de 71,9% em Doença (diminuição de 0,2 p.p), 69,8% em Automóvel (aumento de 2,7 pontos percentuais), 59,9% em Acidentes de Trabalho (diminuição de 13,8 p.p), e 49,7% em Incêndio e Outros Danos (aumento face a 2021).

Valores em milhares de euros

Custos com sinistros de seguro directo em Portugal	2021	2022	Δ 2021/2022
Vida	8.271.581	6.379.125	-14,8%
Não Vida	3.387.635	3.554.099	-22,9%
Total	11.659.216	9.933.224	4,9%

Fonte: ASF, Actividade Seguradora – Prémios de Seguro Directo, fevereiro 2022

• Ramo Vida

Efetuando uma análise por ramos, o ramo Vida apresentou uma quebra de 22,1%, tendo o peso na carteira diminuído 7,9 p.p.

- Ramos Não Vida

A produção dos ramos Não Vida situa-se nos 6 mil milhões de euros, mais 416 milhões quando comparada com período homólogo, também segundo informação divulgada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Este resultado foi fortemente influenciado pelo ramo Doença com crescimento de 11,9% tendo passado a deter um peso relativo na produção total Não Vida, de 19,2%. O ramo Incêndio e Outros Danos, Acidentes de Trabalho e Automóvel apresentam um crescimento de 7,3%, 6,4% e 3,8% respectivamente.

3. RESUMÓ DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NO EXERCÍCIO

Depois de 2021 ter sido potenciado pela recuperação e produção de seguros em Portugal em virtude da retoma económica após o impacto pandémico, 2022 revelou ser um ano desafiante e de volatilidade macroeconómica pressionado pela inflação. Ainda assim, a Empremédia registou um bom desempenho evidenciando uma vez mais a resiliência no seu negócio alicerçado na carteira do acionista.

O volume de negócios apresenta uma variação positiva de 118.957€ (+5%) quando comparado com período homólogo.

O total da carteira (prémios totais) sob gestão da Empremédia em 2022 foi de cerca de 30M€ com especial predominância dos seguros contratados por empresas face aos particulares, como é natural dada a ligação acionista que existe com uma das empresas exportadoras de Portugal. De tal modo, que a carteira de particulares representa apenas 6% do total.

Na mesma senda, os ramos em que a Empremédia possui elevada expertise são os ramos patrimoniais, designadamente, programas All Risks de unidades industriais. Estes ramos nas suas diversas componentes e sub-produtos representam mais de metade do total da carteira.

Não obstante, a Empremédia tem apostado cada vez mais no reforço da sua carteira ao nível dos ramos Saúde, Vida e Acidentes, que atingem atualmente um peso significativo no total da carteira.

Carteira por Tipo de Entidade	2022
Empresas	28M€
Particulares	2M€
Total	30M€

Carteira por Produto	2022
Patrimoniais	16M€
Pessoais	8.5M€
Responsabilidades	5M€
Total	30M€

Perante o clima económico transversal a todos os sectores de atividade, incluindo a atividade seguradora, a Empremédia procurou a nível interno manter uma cuidadosa política de contenção de custos. O EBITDA manteve-se nos 1,5M€, e as Vendas e serviços prestados apresentam uma variação positiva de mais 4,8% (16,3% em 2021). Os restantes indicadores apresentaram igualmente valores em linha com o ano transato, conforme quadro abaixo. Não obstante o aumento da receita, a Margem EBITDA/Receitas e a Margem Operacional registam ambas menos 3 pontos percentuais face a igual período, influenciadas pelo aumento de custos com pessoal.

A Empremédia procura manter uma dinâmica de crescimento sustentado da carteira que gere, aliada ao acompanhamento constante das melhores soluções para os seus clientes. Além da cuidadosa política de gestão de riscos, a seleção cuidada dos nossos principais parceiros de negócio no sector segurador e o seu apoio, impulsionam aquele que é um factor diferenciador no nosso sucesso.

Síntese da Variação dos Principais Indicadores

Indicadores	2021	2022	Δ 2021/2022
Vendas e Prestações de Serviços	2.469.820 €	2.588.777 €	4,8%
EBITDA	1.509.738 €	1.501.313 €	-0,5%
Resultado Operacional (EBIT)	1.486.983 €	1.478.558 €	-0,5%
Resultado Antes de Imposto (RAI)	1.486.983 €	1.478.558 €	-0,5%
Resultado Líquido (RL)	1.148.123 €	1.142.384 €	-0,5%
EBITDA/Receitas	61%	58%	-3 p.p.
ROE	24%	24%	-
Margem Operacional	60%	57%	-3 p.p.

Em 2022 a SGS, líder mundial de Certificação, renovou à Empremédia a sua certificação de Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a Norma ISO 9001:2015 o que se revela motivo de orgulho perante o reduzido leque de correctores de seguros que detêm esta Certificação.

O Sistema de Gestão da Qualidade da Empremédia abrange as seguintes actividades da empresa: Gestão e Consultoria de Riscos; Comercialização de Seguros; Gestão e Acompanhamento de Sinistros.

A Certificação da Empremédia enquadra-se na Missão de prestar um serviço de excelência ao nível da corretagem e consultoria de seguros, gerador de valor para o cliente através do

desenho de soluções inovadoras que garantam uma adequada transferência e gestão dos seus riscos, de acordo com princípios de qualidade do serviço e inovação e encontra-se assente num conjunto de pilares estratégicos:

Foco no Cliente – A Empremédia estuda, em parceria com o cliente, as suas reais necessidades de forma a aconselhar as soluções que melhor se lhe adequam;

Compliance – A Empremédia actua em cumprimento com todos os requisitos aplicáveis, sejam estes legais, regulamentares ou estatutários;

Relações de Parceira com Seguradoras e outra Partes Interessadas – A Empremédia respeita os compromissos assumidos com todas as partes interessadas com o propósito de corresponder às suas expectativas;

Melhoria – A Empremédia procura constantemente melhores metodologias, soluções e formas de trabalho, com recurso ao ciclo PDCA (Plan/Do/Check/Act) como pilar de melhoria contínua. Seguindo estas orientações, a empresa criou um Sistema de Gestão da Qualidade, mapeando todos os seus processos e Interações, definindo procedimentos e responsabilidades e criando uma gestão clara de todos os passos da cadeia de negócio. Estes exercícios possibilitaram desenvolver conhecimentos e competências nas áreas de gestão por processos e o desenho e implementação de melhores práticas. O processo para esta conquista da norma Internacional envolveu toda a equipa que encarou o projecto com grande entusiasmo.

4. GESTÃO DE RISCO

4.1. FACTORES DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa tem um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da Empresa. A gestão deste risco é conduzida pelo Departamento Financeiro da Empresa de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

4.1.1. Risco cambial

A Empresa atua no mercado nacional, não estando exposta de forma substancial a riscos cambiais.

4.1.2. Risco de taxa de juro

A Empresa não tem utilizado dívida remunerada, pelo que não se encontra exposta a riscos de taxa de juro.

4.1.3. Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem apenas as economias a uma escala local pode originar a incapacidade dos clientes em saldar as obrigações decorrentes das vendas de produtos. No entanto, a natureza da atividade da Empresa leva a que os seus réditos sejam geralmente reconhecidos quando cobrados, minimizando assim o seu risco de crédito.

4.1.4. Risco de liquidez

A Empresa gere o risco de liquidez garantindo que dispõe de facilidades de crédito de apoio à tesouraria em montantes suficientes e disponíveis a todo o momento.

4.2. FACTORES DE RISCO OPERACIONAL

4.2.1. Procura de serviços

Nos mercados maduros, a procura de seguros tende a ser bastante cíclica, tendo um claro pico de procura no início do ano. A procura dos serviços da Empresa está, em geral, alinhada com esse padrão de comportamento.

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Até à data de emissão do presente relatório não se verificaram quaisquer eventos subsequentes suscetíveis de serem divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

6. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

O prolongamento do conflito Rússia Ucrânia que continua a gerar disrupções nas cadeias de abastecimento, a crise climática, o aumento dos riscos cibernéticos e a pressão inflacionista (estimativa para Portugal em 2023 é de 5,4%), constituem factores adversos que irão certamente influenciar as decisões de gestão de risco e de contratação de seguros por parte das empresas mas também do mercado de particulares.

As fusões de seguradoras no mercado nacional que têm ocorrido nos últimos anos a par do aumento de taxas e de políticas restritivas de subscrição influenciaram fortemente as renovações de 2022 e prevê-se que condicionem uma vez mais as renovações de 2023. Tendo

em conta as características da carteira de clientes da Empremédia, fortemente dominada por seguros empresariais, é crucial a consultoria em estratégias de gestão e diversificação de riscos que podemos prestar.

A Empremédia irá dar continuidade à sua aposta na tecnologia digital explorando as mais-valias que as novas ferramentas implementadas podem aportar aos seus clientes, designadamente ao nível do acesso à consulta da carteira de seguros, recibos e sinistros bem como à contratação ágil de novos seguros.

7. AUTORIZAÇÕES DE NEGÓCIO

Durante o exercício não foram concedidas, nem solicitadas, autorizações para a concretização de negócios entre os Administradores e a Empresa.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do exercício, no montante de 1.142.383,74€ (um milhão, cento e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e três euros e setenta e quatro cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	835.264,55€ euros
Gratificação de Balanço	250.000,00€ euros
Reserva Legal	57.119,19€ euros

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento

- aos colaboradores da Empremédia pelo rigor, serviço profissional continuado e competência demonstradas, fatores imprescindíveis ao bom desempenho da empresa;
- aos nossos clientes que confiam na equipa da Empremédia para os apoiar na gestão dos seus riscos;
- aos nossos fornecedores pela dedicação e compreensão, que faz deles verdadeiros parceiros de negócio que muito prezamos;
- ao nosso acionista, pelo apoio, confiança e investimento constantes.

Lisboa, 9 de Março de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MANUEL LUÍS DAUN E LORENA AROUCA



ALEXANDRA M^ª S.S. FERNANDES DE FERREIRA BORGES



ANTÓNIO PEDRO GOMES PAULA NETO ALVES

**ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPREMÉDIA –
CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
EXERCÍCIO DE 2022**

A. Art.º 447 n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2022, nem o Órgão de Administração nem Órgão de Fiscalização possuíam qualquer ação representativa do capital social da Empresa.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022



[Handwritten signature]
Carg.

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Valores em Euros	Nota	31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	403.069	424.674
Ativos por impostos diferidos	8	0	38.500
		403.069	463.174
Ativo corrente			
Clientes	9	2.435	998
Estado e outros entes públicos	10	630	1.222
Outros créditos a receber	9	2.615.663	2.686.680
Caixa e depósitos bancários	5	2.217.562	2.032.005
		4.836.290	4.720.905
Total do Ativo		5.239.359	5.184.079
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	2.600.000	2.600.000
Reservas legais	11	291.648	234.743
Outras reservas	11	269.180	269.180
Resultados transitados	11	579.437	540.938
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	11	-27.402	26.831
		3.712.863	3.671.194
Resultado líquido do período		1.142.384	1.148.123
Total do capital próprio		4.855.247	4.819.317
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	8	0	1.793
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	13	4.707	0
		4.707	1.793
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	10	6.661	4.225
Outras dívidas a pagar	12	372.744	358.744
		379.405	362.969
Total do Passivo		384.112	364.762
Total do Capital Próprio e do Passivo		5.239.359	5.184.079

(Montantes expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Valores em Euros	Nota	2022	2021
Vendas e serviços prestados	14	2.568.777	2.469.820
Fornecimentos e serviços externos	15	(99.922)	(100.390)
Gastos com o pessoal	16	(759.326)	(640.095)
Outros rendimentos	19	1.375	5.517
Outros gastos	17	(230.592)	(225.114)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.501.313	1.509.738
(Gastos)/ reversões de depreciação e de amortização	7, 18	(22.755)	(22.755)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.478.558	1.486.983
Resultado antes de impostos		1.478.558	1.486.983
Imposto sobre o rendimento	8	(336.174)	(338.860)
Resultado líquido do período		1.142.384	1.148.123
Resultado básico por ação	20	0,44	0,44
Resultado diluído por ação	20	0,44	0,44

JMA
Aug.

EMPRESMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montanhas expressos em Euros)

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Descrição	Capital Subscrito	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados Translados	Ajustamentos / Outras		Total
					variações no capital próprio	Resultado Equilibrado do período	
Valores em Euros							
Capital próprio em 3 de Janeiro de 2022	2.600.000	234.243	269.180	640.938	36.833	1.146.127	4.819.317
Alterações no período:							
Ganhos / (perdas) atuariais advindos no exercício dos resseguradores com Beneficiários					(11.310)	-	111.310
Ajustamentos por impostos diferidos-Remuneração Corrent em capital					(38.500)	-	(38.500)
Ajustamentos por impostos diferidos-Benefícios jáis auferido					(9.425)	-	(9.425)
Ajustamentos por impostos diferidos					-	-	-
Ajustamentos em abonos, leveis e mais				38.500	-	-	38.500
Transferência do resultado líquido para reservas e resultados		57.406		(1.090.717)		(1.148.123)	
Resultado líquido do período		27.406		1.129.317	(24.235)	(1.148.123)	(13.735)
Resultado integral						1.122.384	1.122.384
Operações com detentores de capital no período							
Outubro de 2022 resultado de período anterior				(1.090.717)			(1.090.717)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2022	2.600.000	291.649	269.180	679.437	(27.402)	1.122.384	4.855.247

EMPRESMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros);

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Moeda	Capital Subscrito	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados Transfêridos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Moeda	2.600.000	184.888	269.180	493.612	64.819	987.090	4.599.588
Capital próprio em 1 de janeiro de 2021							
Alterações no período:							
Ganhos / (perdas) através da avaliação das responsabilidades com beneficiários					5.911	-	5.911
Ajustamentos por imobilizações					(43.837)	-	(43.837)
Ajustamentos em abonos financeiros				47.326	-	-	47.326
Transferência do resultado líquido para reservas e resultados transaçoes		49.355	-	937.735	-	(587.090)	-
		49.355	-	985.061	(37.986)	(987.090)	9.340
Resultado líquido do período							1.148.123
Resultado Integral							1.187.463
Operações com detentores de capital no período							
Distribuição do resultado de período anterior				(937.735)	-	-	(937.735)
				937.735	-	-	937.735
Capital próprio em 31 de dezembro de 2021	2.600.000	234.243	269.180	940.926	26.833	1.148.123	4.819.217

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em Euros	Nota	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		2.508.054	2.444.235
Pagamentos a fornecedores		(107.275)	(567.195)
Pagamentos ao pessoal		(596.568)	(498.692)
Caixa gerada pelas operações		1.804.191	1.378.348
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(303.624)	(258.565)
Outros (pagamentos)/recebimentos		(182.242)	(160.977)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.318.325	958.806
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.414)	(8.994)
		(1.414)	(8.994)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(1.414)	(8.994)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(1.090.718)	(928.910)
Outros		(40.636)	(55.468)
		(1.131.354)	(984.398)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.131.354)	(984.398)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		185.557	(34.586)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		2.032.005	2.066.591
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	5	2.217.562	2.032.005

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.	Identificação da empresa.....	8
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	8
2.1.	Base de Preparação.....	8
2.2.	Derrogação das disposições do SNC.....	9
2.3.	Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	9
3.	Adoção pela primeira vez das NCRF.....	10
4.	Principais políticas contabilísticas.....	10
4.1	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	10
4.2	Ativos fixos tangíveis.....	10
4.3	Locações.....	11
4.4	Imparidade de ativos.....	12
4.5	Imposto sobre o rendimento.....	12
4.6	Ativos e passivos financeiros.....	13
4.6.1	Imparidade de ativos financeiros.....	15
4.6.2	Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.....	15
4.7	Provisões.....	16
4.8	Benefícios pós-emprego e outros.....	16
4.8.1	Planos de pensões de benefícios definidos.....	16
4.9	Benefícios a curto prazo de empregados.....	17
4.10	Rédito.....	17
4.11	Encargos financeiros com empréstimos obtidos.....	17
4.12	Capital social.....	18
4.13	Distribuição de dividendos.....	18
4.14	Júzos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.....	18
4.15	Acontecimentos após a data do balanço.....	19
5.	Caixa e Depósitos bancários.....	20
6.	Partes relacionadas.....	20
7.	Ativos fixos tangíveis.....	21
7.1	Movimentos ocorridos no período.....	21
8.	Imposto sobre o rendimento.....	22
8.1	Imposto corrente.....	22
8.2	Impostos diferidos.....	23
9.	Ativos financeiros.....	23
9.1	Categorias de ativos financeiros.....	23
9.2	Ativos financeiros - Clientes.....	24
9.3	Ativos financeiros - Outros créditos a receber correntes.....	24
10.	Estado e outros entes públicos.....	24
11.	Capital próprio.....	25
11.1	Capital subscrito.....	25
11.2	Reservas legais.....	25
11.3	Outras Reservas.....	25
11.5	Outras variações no capital próprio.....	25
11.6	Aplicação do resultado do período anterior.....	25
12.	Passivos financeiros.....	26
12.1	Categorias de passivos financeiros.....	26
12.2	Passivos financeiros - outras contas a pagar.....	26
13.	Benefícios a empregados.....	27
13.1	Benefícios pós-emprego - Planos de benefício definido.....	27
14.	Vendas e serviços prestados.....	28
15.	Fornecimentos e serviços externos.....	28
16.	Gastos com o pessoal.....	29
17.	Outros Gastos.....	29
18.	Gastos/reversões de depreciações e amortizações.....	29
19.	Outros rendimentos.....	30
20.	Resultado por ação.....	30
21.	Custos com auditoria e revisão legal de contas.....	30
22.	Proposta de aplicação do resultado do período.....	30
23.	Divulgações exigidas por diplomas legais.....	30
24.	Eventos subsequentes.....	31

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

1. Identificação da empresa

A Emprimédia - Corretores de Seguros, S. A. (adiante designada por Emprimédia ou Empresa), é uma sociedade anónima com início em 9 de março de 1982, que tem por objetivo a atividade de corretagem de seguros que consiste na mediação e gestão das carteiras de seguros dos seus clientes auferindo em consequência as respetivas comissões.

A Empresa faz parte do Grupo The Navigator Company, com quem mantém transações significativas.

Sede Social: Lisboa

Capital Social: Euros 2.600.000

N.I.P.C.: 501 315 420

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram obtidas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 16 de março de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro ("NCRF"), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram obtidas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 16 de março de 2023, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.14.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

2.4. Impactos decorrentes do conflito militar na Ucrânia

Em 21 de fevereiro de 2022, a Federação Russa reconheceu oficialmente duas repúblicas separatistas do leste da Ucrânia e autorizou o uso de forças militares nesse território. Em 24 de fevereiro, as tropas russas invadiram a Ucrânia e iniciou-se um conflito militar generalizado neste país, que tem implicado elevadas perdas materiais e humanas, conduzindo a deslocações massivas da população.

Em resposta, múltiplas jurisdições, onde se inclui, a União Europeia, Reino Unido, Suíça, Estados Unidos da América, Canadá, Japão e a Austrália, condenaram este conflito e iniciaram a aplicação de diversas sanções económicas à Rússia, a diversos dos seus agentes económicos e, por vezes, à Bielorrússia. Por sua vez, a Rússia iniciou uma retaliação também com medidas económicas, afetando especialmente as operações de empresas estrangeiras localizadas na Rússia e com contrapartes russas.

A mudança do quadro macroeconómico e geopolítico europeu decorrente deste conflito aumentou a incerteza e a insegurança em termos globais, assistindo-se à: i) a suspensão e/ou interrupção nos negócios com entidades sediadas ou de origem na Rússia e Ucrânia; ii) aumento dos preços das commodities, sendo de realçar os combustíveis fósseis, os metais e cereais; iii) aumento da incerteza económica global, sendo de esperar mais volatilidade nas taxas de câmbio, nas taxas de juro e um aumento da taxa de inflação. Eventuais riscos de fornecimento de energia, bem como as descontinuidades no abastecimento de matérias-primas e subsidiárias ou nos meios logísticos continuarão a pressionar a economia global e a dificultar o normal funcionamento das operações industriais e de transporte europeias.

Conforme anunciado em março de 2022, o Grupo Navigator suspendeu a comercialização dos seus produtos nos mercados da Rússia e da Bielorrússia e está a acompanhar e a monitorizar continuamente a situação ao nível dos mercados onde atua geograficamente e em toda a cadeia de fornecimento – desde o abastecimento de madeira, de energia, de matérias-primas e subsidiárias (incluindo as questões de logística), nos serviços técnicos e de apoio prestados por empresas estrangeiras e nos prestadores de serviço em regime de outsourcing, entre outros.

Facetado ao peso dos mercados da Rússia e Ucrânia nas vendas do Grupo, os quais representavam menos de 1% com referência ao período findo a 31 de dezembro de 2021 e 0% em 2022, e o facto de estes mercados

(Montantes expressos em Euros)

não afetarem diretamente a cadeia de fornecimento, a exposição direta do Grupo e da Empresa aos mercados da Ucrânia e Rússia é Inócua.

Apesar do aumento generalizado de custos, a agilidade do Grupo Navigator na condução da sua política de negócios conseguiu compensar de forma decisiva esse aumento, através de uma política responsável de ajustamento de preços e uma estratégia de diversificação eficaz, bem como através do aumento de produtividade dos seus ativos industriais e maior eficiência no consumo de matérias-primas e subsidiárias.

A Empresa continua a analisar os potenciais impactos na sua posição financeira, na performance e nos seus fluxos de caixa decorrentes do conflito militar na Ucrânia, nomeadamente ao nível das estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes. Dessa análise não resultaram quaisquer indícios de imparidade.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.14 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização para o mesmo ser capaz de funcionar de forma pretendida. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do ativo fixo ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no exercício em que são incorridos. Os custos associados às reparações programadas dos centros fabris, que ocorrem com intervalos pré-determinados, são considerados como uma componente do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis sendo depreciada integralmente até à data prevista na manutenção.

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos	Taxa
Edifícios e outras construções	8-50	2% -13%
Equipamento básico	3-8	13% -33%
Equipamento administrativo	4-8	13% -25%
Outros Ativos tangíveis	3-8	13% -33%

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 4.4).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas Outros rendimentos e Outros gastos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

4.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

(Montantes expressos em Euros)

4.4 Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos que não sejam mensurados ao justo valor com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo ou da unidade geradora de caixa a que pertence, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização dos testes por imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados nas rubricas Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis ((perdas)/reversões) ou Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis ((perdas)/reversões) salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nessas mesmas rubricas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efetiva de imposto estimada.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisitos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou ganho do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica que a transação que o originou.

Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projetos de investimento contratuais a desenvolver pelo Grupo são equiparados a subsídios do governo. Assim, no momento em que se consideram cumpridas as condições previstas na respetiva atribuição, a Empresa reconhece um imposto diferido ativo por contrapartida da rubrica de Ajustamentos / outras variações no capital próprio – subsídios ao investimento. Neste modelo, a utilização do imposto diferido ativo é realizada na medida da existência de coleta que

(Montantes expressos em Euros)

permita a sua dedução fiscal, enquanto o valor reconhecido em capital será reconhecido no resultado ao longo da vida útil estimada do ativo, como uma dedução às amortizações do exercício.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas mesmas rubricas, não afetando o resultado do período.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito à Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Para os períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos. Para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021, o prazo de reporte é de 12 anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. O referido limite é aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

4.5.1 Grupo fiscal

Em 1 de julho de 2015 deu-se início a um grupo fiscal liderado pela The Navigator Company, S.A., à semelhança do ocorrido entre 2003 e 2013, que integra as empresas residentes em Portugal na qual o Grupo detém uma participação ou direitos de votos superiores a 75%.

As empresas incluídas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas, são no entanto reconhecidas como devida à líder do grupo fiscal, (The Navigator Company, S.A.), a quem competirá o apuramento global e a autoliquidação do imposto.

4.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(Montarias expressas em Euros)

l) Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escurada do ativo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem os empréstimos concedidos e são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

f) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são geralmente registados ao custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são classificados na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

4.6.1 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estava reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados nessa mesma rubrica e não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

4.6.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.7 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa à essa data.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa à essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.8 Benefícios pós-emprego e outros

4.8.1 Planos de pensões de benefícios definidos

Os custos com a atribuição destes benefícios eram determinados por cálculo atuarial e registados à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo a responsabilidade total da Empresa é estimada, pelo menos semestralmente, por uma entidade especializada e independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, sendo reconhecidos na rubrica de "Gastos com o pessoal".

A responsabilidade assim determinada é apresentada no balanço, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos.

Os desvios atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efetivamente ocorreu (bem como de alterações efetuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos ativos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, diretamente em capitais próprios na rubrica "Outras variações no capital próprio" (Nota 11.5).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do período quando o corte ou a liquidação ocorrer.

Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

(Montantes expressos em Euros)

4.8.2 Planos de contribuição definida

As responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Empresa são reconhecidas como um gasto do período quando devidas. Quando as contribuições não se vencem completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respetivo serviço, são descontadas usando a taxa de desconto determinada por referência aos rendimentos de mercado no fim do período de relato para obrigações de alta qualidade de empresas para a moeda e maturidade semelhante ao prazo esperado do vencimento das contribuições.

4.9 Benefícios a curto prazo de empregados

Os benefícios de curto prazo de empregados são registados como gasto na rubrica "Gastos com o pessoal" quando da prestação de serviço pelo empregado.

No caso da participação nos lucros e gratificações os gastos são reconhecidos quando e, só quando: (i) exista a obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos, em consequência de acontecimentos passados e (ii) possa ser feita uma estimativa fiável da obrigação.

Existe uma obrigação presente quando e, só quando, a Empresa não tem alternativa realista senão a de fazer os pagamentos.

4.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados quando o seu período de construção é superior a um ano, fazendo parte integrante do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso.

Quaisquer proventos financeiros gerados por empréstimos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

(Montantes expressos em Euros)

4.12 Capital social

As ações representativas do capital da sociedade são classificadas no capital próprio (Nota 11).

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

4.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

4.14 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorrerem posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Imposto sobre o rendimento

A Empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais.

Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

b) Pressupostos atuariais

A avaliação das responsabilidades com benefícios definidos é efetuada anualmente com o recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

c) Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(Montantes expressos em Euros)

d) Imparidade das contas a receber

A Empresa gere os riscos de crédito na carteira de saldos a receber através de análises de risco criteriosas aquando da abertura de crédito para novos clientes e da sua revisão regular (Nota 9).

Pela natureza intrínseca dos seus clientes, não se encontram disponíveis de forma generalizada ratings de crédito para a carteira, que permitam a sua categorização e análise enquanto população homogénea. Desta forma, são recolhidos elementos do comportamento financeiro dos clientes através de contactos regulares.

Pela natureza intrínseca do negócio, em que a emissão da apólice carece da liquidação prévia do respetivo recibo, a generalidade do crédito da empresa encontra-se cobrado no momento do seu reconhecimento.

4.15 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.16 Gestão de risco

4.16.1 Fatores de risco financeiro

A Empresa tem um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da Empresa.

A gestão deste risco é conduzida pelo Departamento Financeiro da Empresa de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

a) Risco cambial

A Empresa atua no mercado nacional, não estando exposta de forma substancial a riscos cambiais.

b) Risco de taxa de juro

A Empresa não tem utilizado dívida remunerada, pelo que não se encontra exposta a riscos de taxa de juro.

c) Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem apenas as economias a uma escala local pode originar a incapacidade dos clientes em saldar as obrigações decorrentes das vendas de produtos. No entanto, a natureza da atividade da Empresa leva a que os seus créditos sejam geralmente reconhecidos quando cobrados, minimizando assim o seu risco de crédito.

d) Risco de liquidez

A Empresa gere o risco de liquidez garantindo que dispõe de facilidades de crédito de apoio à tesouraria em montantes suficientes e disponíveis a todo o momento.

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

4.16.2 Fatores de risco operacional

a) Procura de serviços

Nos mercados maduros, a procura de seguros tende a ser bastante cíclica, tendo um claro pico de procura no início do ano. A procura dos serviços da Empresa está, em geral, alinhada com esse padrão de comportamento.

5. Caixa e Depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2022	31-12-2021
Numerário	3.000	3.000
Depósitos bancários	2.214.562	2.029.005
Caixa e depósitos bancários no Balanço	2.217.562	2.032.005
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração de fluxos de caixa	2.217.562	2.032.005

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Os fluxos de caixa provenientes de impostos sobre o rendimento devem ser divulgados separadamente devendo ser classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento e de investimento.

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Valores em Euros	31-12-2022			
	Ativo		Passivo	
	Clientes	Outros créditos a receber	Fornecedores	Outras dívidas a pagar
	(Nota 9)	(Nota 9)	(Nota 12)	(Nota 12)
The Navigator Company, S. A.	-	2.500.000	(10.584)	(304.270)
Navigator Pulp Fibres, S. A.	-	-	(21.422)	-
Navigator Paper Sebúbal, S.A.	-	-	(9.537)	-
		2.500.000	(41.543)	(304.270)

Valores em Euros	31-12-2021			
	Ativo		Passivo	
	Clientes	Outros créditos a receber	Fornecedores	Outras dívidas a pagar
	(Nota 9)	(Nota 9)	(Nota 12)	(Nota 12)
The Navigator Company, S. A.	-	2.500.000	(31.307)	(111.750)
Navigator Pulp Fibres, S. A.	998	-	(25.151)	-
Navigator Paper Sebúbal, S.A.	-	-	(15.577)	-
	998	2.500.000	90.619	(313.358)

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2022				
	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal	Gastos/Recebimentos financeiros	Outros gastos	Outros rendimentos
Valores em Euros - Rendimentos / Gastos	(Nota 15)	(Nota 15)		(Nota 17)	(Nota 19)
The Navigator Company, S. A.	-	-	26.177	-	-
Navigator Pulp Figueira, S.A.	(20.164)	(334.797)	-	-	-
Navigator Paper Sobral, S.A.	-	(125.705)	-	-	-
	(30.346)	(520.502)	26.177	-	-

	2021			
	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Outros rendimentos
Valores em Euros	(Nota 15)	(Nota 16)	(Nota 17)	(Nota 19)
The Navigator Company, S. A.	-	(34.090)	(40.962)	(10.544)
Navigator Pulp Figueira, S.A.	(4.760)	(156.272)	-	011
Navigator Paper Sobral, S.A.	-	(136.712)	-	-
	(4.760)	(387.074)	(40.962)	(10.733)

7. Ativos fixos tangíveis

7.1 Movimentos ocorridos no período

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de impandade, foi conforme segue:

Valores em Euros	Terras e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	142.289	493.538	48.313	113.338	97.398	-	894.866
Aquisições	-	-	-	-	-	2.793	2.793
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.289	493.538	48.313	113.338	97.398	2.793	898.659
Aquisições	-	-	-	-	-	1.155	1.155
Saldo em 31 de dezembro de 2022	142.289	493.538	48.313	113.338	97.398	3.948	935.813
Depreciações, amortizações e perdas por impandade							
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	(126.787)	(87.884)	(146.488)	(37.188)	-	(398.347)
Depreciações	-	(17.771)	(7.993)	(72.993)	-	-	(108.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(144.558)	(95.877)	(219.481)	(37.188)	-	(506.104)
Depreciações	-	(17.771)	(7.993)	(72.993)	-	-	(108.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(162.329)	(103.870)	(292.474)	(37.188)	-	(615.881)
Saldo em 1 de janeiro de 2021	142.289	416.751	21.499	1.641	-	-	582.181
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.289	368.967	14.320	3.328	-	2.793	527.697
Saldo em 31 de dezembro de 2022	142.289	341.208	6.322	3.063	-	3.948	497.028

(Montantes expressos em Euros)

8. Imposto sobre o rendimento**8.1 Imposto corrente**

A Empresa é tributada pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, previsto no artigo 69º e seguintes do Código do IRC, integrando o grupo fiscal liderado pela The Navigator Company, S.A. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributado numa ótica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como uma redução da carga fiscal da Navigator, como sociedade dominante.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Imposto sobre o rendimento apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2022	2021
Imposto corrente	304.154	303.885
Provisão / reversão para imposto corrente	(262)	244
Imposto diferido	32.281	34.731
	336.174	338.860

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2019 a 2022 podem ainda ser revistas. O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeitos materiais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é evidenciada como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Resultado antes de impostos	1.478.558	1.486.983
Imposto esperado (21%)	310.497	312.266
Demora municipal (2022-1,36%; 2021-1,36%)	20.180	20.209
Diferenças (a)	(27.902)	(29.333)
(Excesso)/Insuficiência na estimativa de imposto	(262)	244
Benefícios fiscais	32.281	34.731
Ajustamentos à coleta		
Tributações autónomas	1.460	743
	336.174	338.860
Taxa efetiva de imposto	22,7%	22,8%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

Valores em Euros	2022	2021
Benefícios fiscais	(142.907)	(142.913)
Fundo de pensões	(82)	(8)
Outros	9.741	3.238
	(133.248)	(139.683)
Impacto fiscal (21%)	(27.982)	(29.333)

EMPRESMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

8.2 Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de ativos e passivos por impostos diferidos apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2022			
	Saldo Inicial	Resultado do período		Capital próprio
		Aumentos	Reduções	Saldo Final
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos				
Remuneração convencional do capital	140.000	-	(140.000)	-
	140.000	-	(140.000)	-
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Benefícios de impostos	5.317	-	22.613	-
	5.317	-	22.613	-
Valores reflectidos no balanço				
Ativos por impostos diferidos	38.500	-	(38.500)	-
	38.500	-	(38.500)	-
Passivos por impostos diferidos	(1.753)	-	8.219	(4.426)
	(1.753)	-	8.219	(4.426)

Valores em Euros	2021			
	Saldo Inicial	Resultado do período		Capital próprio
		Aumentos	Reduções	Saldo Final
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos				
Remuneração convencional do capital	140.000	-	(140.000)	-
	140.000	-	(140.000)	-
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Benefícios de impostos	(802)	8	-	5.911
	(802)	8	-	5.911
Valores reflectidos no balanço				
Ativos por impostos diferidos	77.000	-	(38.500)	-
	77.000	-	(38.500)	-
Passivos por impostos diferidos	(1.66)	-	(1.627)	-
	(1.66)	-	(1.627)	-

9. Ativos financeiros

9.1 Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhadas conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Disponibilidades (Nota 5)				
Numérico	3.000	3.000	3.000	3.000
Depósitos bancários	2.214.562	2.214.562	2.029.005	2.029.005
	2.217.562	2.217.562	2.032.005	2.032.005
Ativos financeiros				
Clientes	2.435	2.435	998	998
Outros créditos a receber	2.615.663	2.615.663	2.686.680	2.686.680
	2.618.098	2.618.098	2.687.678	2.687.678
	4.835.660	4.835.660	4.719.683	4.719.683

EMPRESA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

9.2 Ativos financeiros - Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Clientes, líquida de Imparidades tinha a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2022		31-12-2021	
	Quantia bruta	Quantia líquida	Quantia bruta	Quantia líquida
Clientes	2.435	2.435	-	-
Clientes - Partes relacionadas (Nota 6)	-	-	998	998
	2.435	2.435	998	998

Estrutura de antiguidade dos saldos de clientes:

Valores em Euros	31-12-2022	31-12-2021
valores não vencidos de 181 a 360 dias	-	998
	2.435	-
	2.435	998
Saldo líquido de clientes	2.435	998

9.3 Ativos financeiros – Outros créditos a receber correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Outros créditos a receber correntes, líquida de imparidades tinha a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2022		31-12-2021	
	Quantia bruta	Quantia líquida	Quantia bruta	Quantia líquida
Outros devedores				
Adiantamentos ao pessoal	-	-	5	5
Adiantamentos a fornecedores	742	742	139.707	139.707
Ac. onistatísticas (Nota 6)	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
Outros devedores	4.921	4.921	4.743	4.743
	2.505.663	2.505.663	2.649.455	2.649.455
Devedores por acréscimos de rendimentos				
Outros	110.000	110.000	37.225	37.225
	110.000	110.000	37.225	37.225
	2.615.663	2.615.663	2.686.680	2.686.680

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Valores em Euros	Ativo		Passivo	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	-	594	3.086	501
Imposto sobre o Valor Acrescentado - A recuperar	630	638	-	-
Contribuição para a Segurança Social	-	-	3.524	3.032
Restantes Impostos	-	-	53	92
	630	1.222	6.661	4.325

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

11. Capital próprio

11.1 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de Euros 2.600.000 e encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 2.600.000 ações com o valor nominal de 1, sendo detido integralmente pela The Navigator Company, S.A..

Em vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte houve um processo de fusão com transferência global de património da Navigator Participações Holding, SGPS, S.A. (Incorporada) para a The Navigator Company, S.A. (Incorporante), passando a Emprémédia a ser detida por esta.

11.2 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Reservas legais apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	2022	2021
Saldo inicial	234.243	184.888
Aplicação do resultado do exercício anterior	57.405	49.355
Saldo Final	291.648	234.243

11.3 Outras Reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Outras Reservas apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2022	31-12-2021
Saldo inicial	269.180	269.180
Saldo Final	269.180	269.180

11.4 Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Resultados Transitados apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	2022	2021
Saldo inicial	540.938	494.612
Ajustamentos em ativos financeiros	38.500	47.326
Transferência do resultado líquido para resultados transitados	1.090.717	937.735
Distribuição do resultado no período anterior	(1.090.717)	(937.735)
Saldo Final	579.437	540.938

11.5 Outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Outras variações no capital próprio apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2022	31-12-2021
Desvios e alterações de pressupostos atuariais	(27.402)	26.833
	(27.402)	26.833

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

11.6 Aplicação do resultado do período anterior

Por deliberação da Assembleia Geral da Emprémédia em 9 de março de 2022 a aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi como segue:

Valores em Euros	2021	2020
Distribuição de dividendos	1.090.717	928.910
Reservas legais	57.406	49.355
Gratificação de balanço	-	8.826
Resultado líquido do período	1.148.123	987.091

12. Passivos financeiros

12.1 Categorias de passivos financeiros

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhadas conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Passivos financeiros:				
Outras dívidas a pagar	372.744	377.451	358.744	358.744
	372.744	377.451	358.744	358.744

12.2 Passivos financeiros – outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outras contas a pagar não correntes e correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
Consolidação fiscal (Nota 6)		304.154		303.835
Pessoal		813		1.352
Outras Credores		9.509		2.270
Credores por acréscimos de gastos		50.270		51.237
		372.746		358.744

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de credores por acréscimo de gastos apresentava a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2022	31-12-2021
Gastos com férias, subsídio de férias e prémios	54.595	38.829
Especialização de custos com fornecimentos externos	3.674	4.935
Partes relacionadas (Nota 6)	-	7.473
	58.269	51.237

(Montantes expressos em Euros)

13. Benefícios a empregados

13.1 Benefícios pós-emprego – Planos de benefício definido

A Empresa estabeleceu em 1989 um plano de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez para todos os seus colaboradores, o qual foi alargado relativamente a pensões de sobrevivência em 1990.

A partir de 2014 o plano é de contribuição definida para a totalidade dos trabalhadores do grupo.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2022	2021
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial	2,00%	1,00%
Taxa de juro técnica	3,50%	1,25%
Taxa de remuneração dos ativos dos planos	3,50%	1,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	0,75%

Em 31 de dezembro de 2022 a evolução verificada nas responsabilidades com planos de complemento de pensões de reforma e sobrevivência no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se como segue:

Valores em Euros	Nº benef	Nº benef
Responsabilidade por serviços passados		
- Ativos	-	-
- Aposentados	1	1
	235.732	292.516
	235.732	292.516
Valor de mercado dos fundos		
(Excesso) / Insuficiência do Fundo	(240.439)	(285.995)
	(4.707)	6.521
Responsabilidades com prémios de reforma	-	-
Responsabilidades totais com benefícios a empregados	(4.707)	6.521

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Valores em Euros	2022	2021
Património no início do período	292.516	292.270
Rendimento esperado do período	(39.258)	12.654
Pensões pagas	(17.527)	(17.408)
Património no final do período	235.732	292.516

EMPRESMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o efeito nos capitais próprios e nos resultados do exercício detalham-se como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Impacto da alteração dos pressupostos		
Perdas / (Ganhos) atuariais	-	3.134
Diferença entre o rendimento esperado e real do fundo	11.310	(9.045)
Valores refletidos nos capitais próprios	11.310	(5.911)
Plano de benefício definido		
Custo dos Juros	3.467	3.601
Retorno esperado dos ativos do plano	(3.549)	(3.609)
	(82)	(8)
Plano de contribuição definida		
Contribuição definida	3.733	8.557
	3.733	8.557
Gastos do período	3.651	8.549

14. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de vendas e serviços prestados apresentava a seguinte composição:

Valores em Euros	2022	2021
Serviços prestados	2.588.777	2.469.820
	2.588.777	2.469.820

O detalhe desta rubrica, por tipo de serviço e por cliente, era o seguinte com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Valores em Euros	2022		2021	
Fidelidade	984.246	38,02%	1.133.334	45,89%
Multicare	416.977	16,11%	350.616	14,20%
Victoria	195.108	7,54%	134.877	5,46%
Ageas	182.177	7,04%	187.916	7,61%
Lusitania	165.412	6,39%	60.836	2,46%
Coface	146.484	5,66%	100.980	4,09%
Generali	113.719	4,39%	197.025	7,98%
HCC	92.136	3,56%	8.300	0,26%
AIG	87.274	3,37%	69.214	2,80%
Ageas Vida	41.087	1,59%	56.275	2,28%
Restantes	164.158	6,34%	172.446	6,98%
	2.588.777	100%	2.469.820	100%

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

15. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é detalhada conforme segue:

Valores em Euros	2022	2021
Outros trabalhos especializados	22.900	31.471
Publicidade e propaganda	-	1.390
Honorários	18.868	22.717
Conservação e reparação	1.498	90
Materiais	12.224	16.642
Energia e fluidos	5.103	4.046
Deslocações, estadas e transportes	20.475	4.720
Comunicação	1.361	12.526
Seguros	3.909	3.381
Outros serviços	7.576	3.904
	99.922	108.350

16. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de gastos com o pessoal decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Remunerações do Pessoal	637.187	477.331
Contribuições p/ Segurança Social	90.165	80.051
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	3.733	8.557
Benefícios definidos	(82)	(8)
Indemnizações por rescisão contratual	-	52.086
Outros gastos com pessoal	27.323	22.078
	758.326	640.095

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o número de colaboradores ao serviço da Empresa era de 5, aos quais acrescem, em 2022 e 2021, 7 e 6 colaboradores respetivamente em regime de contratos pluri-emprego, cujos salários são processados por outras empresas do grupo e posteriormente transferidos para a empresa.

17. Outros Gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros gastos e perdas decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	2022	2021
Taxas e impostos	185.826	154.653
Comissões bancárias	29.325	61.400
Outros gastos operacionais	15.440	9.061
	230.592	225.114

18. Gastos/reversões de depreciações e amortizações

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de amortizações, depreciações e perdas por imparidade:

Valores em Euros	2022	2021
(Gastos) / Reversões de depreciação e de amortização		
Depreciações	22.755	22.755
	22.755	22.755

EMPREMÉDIA – CORRETORES DE SEGUROS, S. A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

19. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros rendimentos decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	2022	2021
Outros	1.375	5.517
	1.375	5.517

20. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinado conforme segue:

Valores em Euros	2022	2021
Resultado atribuível aos detentores de capital	1.142.384	1.149.123
Número médio ponderado de ações	2.600.000	2.500.000
Resultado básico por ação	0,44	0,44
Resultado diluído por ação	0,44	0,44

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da Empresa pelo que não existe diluição dos resultados.

21. Custos com auditoria e revisão legal de contas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os dispêndios com auditoria, serviços de revisão legal de contas e assessoria fiscal, decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Serviços de Revisão Legal de Contas	2.800	5.600
	2.800	5.600

22. Proposta de aplicação do resultado do período

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, é proposta a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 1.142.385.

valores em Euros	2022
Distribuição de dividendos	835.265
Reservas legais	57.119
Gratificação de balanço	250.000
Resultado líquido do período	1.142.384

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Art.º 66 e pelo Art.º 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar.

Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e

b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

(Montantes expressos em Euros)

24. Eventos subsequentes

Até à data de emissão do presente relatório não se verificaram quaisquer eventos subsequentes suscetíveis de serem divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 16 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Maria João Pereira Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Manuel Luís Daun e Lorena Arouca
Presidente



Alexandra M.ª S.S. Fernandes de Ferreira Borges
Vogal



António Pedro Gomes Paula Neto Alves
Vogal

Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º1 do artigo 51.º da NR nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro, e sem prejuízo do regime contabilístico adotado nos termos do artigo anterior, os mediadores de seguros, de resseguros e seguros a título acessório devem incluir no anexo às demonstrações financeiras uma nota específica e separada das restantes notas, a denominar «Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros», que deve conter, como mínimo, a seguinte informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros:

a) Políticas contabilísticas adotadas no reconhecimento das remunerações

A política contabilística adotada para reconhecimento do rédito é a do justo valor e encontra-se descrita na nota 4.10 do presente relatório.

A Empresmédia, reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita exceções no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento no momento da emissão das Prestação de Contas às empresas de Seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

A tipificação das naturezas do rédito do exercício detalha-se como segue, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Valores em Euros	2022	2021
	Em numerário	Em numerário
Comissões	2.422.407	2.366.160
Outras remunerações	166.371	103.660
	2.588.778	2.469.820

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por ramo e por origem

O rédito do exercício detalha-se como segue, por tipo de seguro intermediado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Valores em Euros	2022	2021	2022	2021
	Ramo Vida		Ramo Não Vida	
Empresas de seguros	47.585	56.090	2.453.598	2.338.795
Outros mediadores	529	520	54.641	56.117
Clientes (outros)	-	-	22.234	18.297
	48.114	56.610	2.540.663	2.413.209

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

A partir de 1 de janeiro de 2021, aplicou-se a NR 13/2020-R de 30 de dezembro que regulamentou o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros e veio revogar a NR 17/2006.

Em 2022, a empresa cumpriu o limite estabelecido pelo nº1 do artigo 48.º da NR 13/2020-R sendo que a única seguradora que apresentou uma concentração superior a 25% da carteira ao nível das remunerações auferidas foi a Companhia de Seguros Fidelidade, S.A., cujo peso nas remunerações ascendeu a 38%. Igualmente em 2021, este rácio foi cumprido, sendo a Fidelidade a seguradora com maior peso por representar 46% das remunerações auferidas.

A redução do peso da Fidelidade resultou das medidas que a Administração implementou no sentido de diminuir os impactos ao nível da concentração da carteira e dos rácios de dispersão, e que irá manter nos anos seguintes conforme já mencionado no relatório do exercício anterior, que se traduzem em:

- Aumento das participações em co-seguro;
- Aumento da atividade em LPS (Livre Prestação de Serviços);
- Aumento da atividade de consultoria;
- Desenvolver o segmento das PME e dos clientes particulares, em que há maior oferta e capacidade de resposta nas Seguradoras a atuar em Portugal.

e) Valores da conta clientes

Os fundos movimentados pela empresa nos exercícios de 2022 e 2021 detalham-se como segue:

Valores em Euros	2022	2021
Saldo em 1 de Janeiro	54.488	717.915
Valores recebidos de clientes	23.121.374	6.158.329
Despesas bancárias	(7.173)	(2.048)
Pagamento a Seguradoras	(70.681.290)	(5.452.585)
Pagamento a Clientes (estornos e Indemnizações)	(311.555)	(194.176)
Transferência para a conta da Empresa	(1.934.162)	(672.947)
Saldo em 31 de Dezembro	246.683	54.488

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores por entidade incluídos nas contas a receber e a pagar detalhava-se como segue:

Valores em Euros	2022		2021	
	a Receber	a Pagar	a Receber	a Pagar
Fundos recebidos e/ou a serem transferidos p/pagamento prémios	62.331	67	46.350	162
Outras	2.436	-	73	-
	64.767	67	46.423	162

g) Valores agregados por natureza incluídos nas contas a receber e a pagar

Valores em Euros	2022		2021	
	a Receber	a Pagar	a Receber	a Pagar
Tomadores de Seguros, Segurados ou beneficiários	1.116	-	73	-
Empresas de seguros	61.216	67	46.350	162
Outras	2.435	-	-	-
	64.767	67	46.423	162

Os saldos apresentados com seguradoras referem-se a remunerações por prémios de seguro já cobrados.

Restantes alíneas não aplicáveis.

n.º2 - No caso dos corretores de seguros, a nota «Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros» deve ainda incluir, para além da informação prevista no número anterior, quando aplicável, a seguinte informação:

a) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens:

Esta informação consta igualmente da nota 14 do presente relatório.

Valores em Euros	2022	
1011	984.246	38%
1172	416.977	16%
1160	195.108	8%
1129	182.177	7%

Valores em Euros	2021	
1011	1.133.334	46%
1172	350.616	14%
1197	195.108	8%
1129	187.916	8%

b) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram recebidos quaisquer valores relativamente a prémios para os quais não houvessem sido outorgados à Empresa poderes para o respetivo recebimento.

Mediação de Resseguro

No exercício de 2022 houve atividade de resseguro que resultou numa receita de 47.505,35€ (AON). Este valor é parte dos 166.371€ - Outras remunerações, n.º1 alínea b).

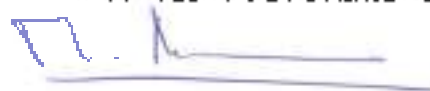
Lisboa, 16 de Março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Maria João Pereira Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Manuel Luís Daun e Lorenã Arouca
Presidente



Alexandra Mª S.S. Fernandes de Ferrêira Borges
Vogal



António Pedro Gomes Paula Neto Alves
Vogal



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15.º
1069-008 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Empremédia - Corretores de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5 239.359 euros e um total de capital próprio de 4.855.247 euros, incluindo um resultado líquido de 1 142.384 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam da forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Empremédia - Corretores de Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Baseis para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e.



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RÉLATÓ SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras audiladas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

14 de abril de 2023

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161488)
representada por
Rui Filipe Dias Lopes
(ROC n.º 1715 e registado na CMVM com o n.º 20161325)



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
Empremédia - Corretores de Seguros, S.A. (a "Entidade")

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Empremédia - Corretores de Seguros, S.A., apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2022.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Entidade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2022, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Entidade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o balanço a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas, **sem reservas, sem ênfases e sem outras matérias**, decorrente do exame realizado.

No âmbito das nossas funções e tendo por base a documentação e os esclarecimentos obtidos concluímos que

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira, do desempenho financeiro e fluxos de caixa da Entidade;
- b) As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Entidade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Entidade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2022;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

14 de abril de 2023

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Rui Filipe Dias Lopes
(ROC n.º 1715 e registado na CMVM com o n.º 20161325)